

# POR UMA APROXIMAÇÃO ENTRE A MODA INCLUSIVA E OS ESTUDOS SOBRE DEFICIÊNCIA

*For an approximation between inclusive fashion and disability studies*

Perez, Iana Uliana; doutora; Unisagrado; iana.uli@gmail.com<sup>1</sup>  
Martins, Suzana Barreto; doutora; Universidade Estadual de Londrina, suzanabarretomartins@gmail.com<sup>2</sup>

**Resumo:** a área de estudos sobre deficiência emergiu com o intuito de combater o capacitismo existente nas estruturas sociais, incluindo a ciência. Essa área, contudo, ainda não tem sido sistematicamente incorporada às abordagens de moda inclusiva. Assim, este trabalho visa, por meio de revisão bibliográfica, apresentar os principais conceitos e premissas dos estudos sobre deficiência aos pesquisadores do design de moda, relacionando abordagens como design inclusivo e design universal aos estudos sobre deficiência para, então, discutir as abordagens de moda inclusiva.

**Palavras chave:** capacitismo; design inclusivo; design universal.

**Abstract:** the area of disability studies emerged to combat ableism existing in social structures, including science. This area, however, has not yet been systematically incorporated into inclusive fashion approaches. Thus, this work aims, through a bibliographical review, to present the main concepts and premises of disability studies to fashion design researchers, relating approaches such as inclusive design and universal design to disability studies to then discuss inclusive fashion approaches  
**Keywords:** ableism; inclusive design; universal design.

## Introdução

A inclusão social de pessoas com deficiência tem ganhado destaque desde os anos 1970, quando esse grupo se mobilizou para reivindicar seus direitos e seu reconhecimento como indivíduos plenos e capazes (Carniel; Dias; Lacruz, 2023). Como consequência, emergiu a área multidisciplinar de estudos sobre deficiência, que apresenta viés crítico e político de abordagem da deficiência, dando origem aos modelos social e biopsicossocial da deficiência, que se contrapõem ao modelo médico da deficiência, até hoje hegemônico (Bisol; Pegorini; Valentini, 2017). Ao adotar o modelo médico, a ciência por muitos anos contribuiu para a opressão de pessoas com deficiência (Martins *et al.*, 2012). Por isso, é importante que pesquisadores que visam promover a inclusão de

<sup>1</sup> Doutora em Design pela Universidade Estadual Paulista, mestre em Design pela Universidade Federal do Paraná e graduada em Design de Moda pela Universidade Estadual de Londrina. Atualmente, é professora de Design de Moda no Centro Universitário Sagrado Coração e pessoa com deficiência visual (baixa visão) desde 2020. Tem interesse e experiência nas áreas de moda e design, com ênfase nos seguintes temas: design para a sustentabilidade, inovação social, design inclusivo e *food design*.

<sup>2</sup> Doutora em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina, mestre em Ergonomia e Especialista em Materiais e Processos Têxteis pela Universidade Nacional Autónoma do México, Graduada em Design de Produto e pós-doutorado em design para a sustentabilidade pela Universidade Federal do Paraná. Designer, docente, pesquisadora com ênfase em ergonomia, design para a sustentabilidade e inovação.

peças com deficiência se baseiem nas premissas dos estudos sobre deficiência. Percebe-se, contudo, que as pesquisas sobre moda inclusiva não necessariamente abordam ou se baseiam nos estudos sobre deficiência (Perez, Martins, 2024), o que pode levar à perpetuação do capacitismo (*i.e.*, preconceito em relação a pessoas com deficiência) quando se baseiam em estudos que adotam o modelo médico da deficiência.

Considerando os fatos anteriormente expostos, este trabalho visa apresentar os principais conceitos e premissas dos estudos sobre deficiência aos pesquisadores do design de moda. Para isso, relaciona abordagens como design inclusivo e design universal aos estudos sobre deficiência e discute as abordagens de moda inclusiva, tendo em vista exemplificar quais seriam as implicações práticas de considerar as premissas dos estudos sobre deficiência em projetos que visam promover a inclusão de pessoas com deficiência. Este artigo é um desdobramento de outra publicação das presentes autoras (Perez; Martins, 2024), propondo-se a aprofundar e difundir a discussão realizada, inicialmente, a partir de revisão integrativa de artigos brasileiros sobre design de moda e deficiência.

Para elaborar o presente artigo, foi empreendida pesquisa exploratória de natureza básica e abordagem qualitativa, tendo como delineamento a revisão bibliográfica narrativa. Foram coletadas publicações na área de estudos sobre deficiência (*e.g.*, Bampi; Guilhem; Alves, 2010; Bisol; Pegorini; Valentini, 2017; Mota; Bousquat, 2021; Carniel; Dias; Lacruz, 2023; Arantes; Bussinguer, 2024) ou de autores com deficiência (*e.g.*, Ignarra; Saga, 2022), artigos científicos nas áreas de moda inclusiva (*e.g.*, Auler, 2009; ; Ferreira; Mendes, 2015; Godinho, 2017; Cunha *et al.*, 2019; Oliveira; Okimoto, 2022) e de design inclusivo (Persson *et al.*, 2015; Sierra; Okimoto; Beccari, 2019; Guimarães; Moura; Domiciano, 2022), além de pesquisas demográficas sobre a população brasileira com deficiência (Brasil, 2019; IBGE, 2023).

### **Estudos sobre deficiência, interseccionalidade e as faces do capacitismo**

A área de pesquisa e ensino denominada “estudos sobre deficiência” emergiu na Inglaterra nos anos de 1960 e 1970, mas começou a expandir internacionalmente a partir do início do século XIX (Bampi; Guilhem; Alves, 2010; Carniel; Dias; Lacruz, 2023). Trata-se de uma área multidisciplinar, que combina ciências humanas e da saúde, com maioria de pesquisadores das ciências sociais, segundo Bampi, Guilhem e Alves (2010). Sua origem deve-se à luta e às reivindicações dos movimentos pelos direitos das pessoas com deficiência, que se opunham à hegemonia do modelo médico da deficiência (Carniel; Dias; Lacruz, 2023).

Ao longo dos séculos, a deficiência foi abordada de diferentes maneiras, sendo as pessoas com deficiência muitas vezes excluídas da sociedade ou alvo de piedade; mas, após as duas grandes guerras, no início do século XX, tornou-se hegemônico o modelo médico da deficiência (Arantes; Bussinguer, 2024), que dominou

as definições sobre deficiência até a metade dos anos 1990 (Bampi; Guilhem; Alves, 2010). De acordo com o modelo médico – ou biomédico –, a deficiência é um problema individual, decorrente de um trauma ou doença, que precisa ser tratado, visando adequar a pessoa com deficiência a padrões socialmente estabelecidos (Bampi; Guilhem; Alves, 2010; Bisol; Pegorini; Valentini, 2017; Mota; Bousquat, 2021; Arantes; Bussinguer, 2024). Na perspectiva dos estudos sobre deficiência, o modelo médico perpetua o capacitismo, pois baseia-se na dicotomia saúde-doença, normalidade-deficiência (Bisol; Pegorini; Valentini, 2017), entendendo a deficiência em si como uma limitação que precisa ser superada (Bampi, Guilhem e Alves (2010).

Em contraposição ao modelo médico, pesquisadores da área de estudos sobre deficiência propuseram o modelo social, por meio do qual entende-se serem as dificuldades enfrentadas pelas pessoas com deficiência um problema socialmente construído, visto que a estrutura social impõe restrições à plena integração de pessoas com deficiência e de quaisquer indivíduos que não correspondam aos padrões de “normalidade” (Bampi; Guilhem; Alves, 2010; Bisol; Pegorini; Valentini, 2017; Mota; Bousquat, 2021). Desse modo, o modelo social desloca a raiz do “problema” da deficiência do âmbito individual para o coletivo. Isso não significa, contudo, desconsiderar as contribuições que avanços biomédicos possam oferecer para o bem-estar de pessoas com deficiência; na verdade, trata-se de concentrar esforços para modificar as estruturas sociais que prejudicam a plena integração de pessoas com deficiência, reforçando o estigma de incapacidade (Bampi; Guilhem; Alves, 2010).

Com a expansão dos estudos sobre deficiência para outros países e contextos, passaram a ser feitos questionamentos ao modelo social, como a invisibilização do papel que a deficiência em si tem na vida das pessoas, independentemente dos impedimentos socialmente colocados, e da interseccionalidade existente entre deficiência e outros marcadores sociais (Bisol; Pegorini; Valentini, 2017). Levar em conta este último aspecto é especialmente relevante se considerarmos que uma das faces do capacitismo é considerar as pessoas com deficiência como um grupo homogêneo, padronizado (Arantes; Bussinguer, 2024), no qual o único marcador social a se destacar é a deficiência (Ignarra; Saga, 2022). Desse modo, tem ocorrido a revisão do modelo social da deficiência a partir da aproximação entre os estudos sobre deficiência com outras áreas de estudo, sobretudo ligadas a teorias de gênero e raça, como indicam Mota e Bousquat (2021). Mais recentemente, portanto, a interseccionalidade passou a ser considerada na implementação do modelo social, pois contextualiza as diferentes realidades de cada pessoa com deficiência (Arantes; Bussinguer; 2024).

Em paralelo à expansão dos estudos sobre deficiência e aos questionamentos ao modelo social, a Organização Mundial da Saúde, segundo Carniel, Dias e Lacruz (2023), propôs o modelo biopsicossocial da deficiência em 2001. De certa forma, esse modelo integra os modelos médico e social, considerando as críticas feitas a ambos. Assim, o modelo biopsicossocial reconhece a diversidade humana e o papel da interação da pessoa com seu contexto na forma de experienciar a deficiência (Ibidem), a qual é impactada por diversos aspectos,

sejam fatores corporais e psicológicos do indivíduo, sejam as condições postas pelo ambiente socioambiental que circunda esse indivíduo, aspectos esses que podem influenciar a capacidade de uma pessoa com deficiência de se integrar socialmente (Mota; Bousquat, 2021).

A coexistência de três modelos diferentes de deficiência indica a atual falta de consenso sobre o que é deficiência. Na legislação dos estudos sobre deficiência apontam a dificuldade de definir em termos objetivos o que é deficiência sem reforçar o modelo médico (Bampi; Guilhem; Alves, 2010; Mota; Bousquat, 2021). Nas ciências da saúde e nas ciências sociais, existem diferentes definições em disputa. Como consequência dessa falta de consenso, pesquisas demográficas sobre a população com deficiência não costuma ser uma fonte confiável de dados, os quais podem ser enviesados pela definição de deficiência adotada, conforme apontam Mota e Bousquat (2021). Um exemplo disso é a reconsideração da estimativa de pessoas com deficiência realizada em 2010 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Brasil, 2019) que reduziu de 23,9% a 6,7% a representatividade de pessoas com deficiência na população brasileira.

Ainda que não sejam confiáveis, os dados de pesquisas demográficas nos permitem ter um vislumbre da população de pessoas com deficiência no Brasil. O relatório mais recente divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE (2023), que se baseia nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, realizada em 3033, estima que as pessoas com deficiência representam 8,9% da população brasileira, somando 18,6 milhões de indivíduos. A maioria dessas pessoas é idosa, com mais de 70 anos (81,5%), sendo que o percentual de pessoas com deficiência cresce conforme a idade considerada, sugerindo que, em geral, as deficiências são adquiridas, e não de nascença. A deficiência também é predominante entre mulheres e pessoas radicalizadas, sendo que as pessoas com deficiência, em geral, apresentam menores taxas de escolaridade, ocupação e renda em relação a pessoas sem deficiência, dados que reforçam a importância de se considerar a interseccionalidade quando se trata de deficiência.

Antes de finalizar esta seção, é importante ressaltar que os movimentos sociais das pessoas com deficiência têm pautado não apenas discussões sobre a definição do que é deficiência, como também sobre terminologias para se referir à deficiência. Isso porque uma das manifestações do capacitismo é o capacitismo linguístico, marcado pelo uso de termos e expressões com conotação negativa relacionados à deficiência (Ignarra. Saga, 2022). Desse modo, a defesa do uso da terminologia correta reflete novos valores e concepções sobre as pessoas com deficiência (Sasaki, 2011). Termos antes comumente utilizados, como “deficiente”, “portador de deficiência” e “necessidades especiais” são, hoje, considerados inadequados, pois não representam adequadamente as pessoas com deficiência (Ibidem). A pessoa deve vir antes de sua deficiência, que é parte intrínseca e indissociável de quem ela é, fazendo-a ter necessidades específicas em algumas situações, sem torna-la “especial”.

O termo mais adequado, atualmente, é “pessoa com deficiência - PcD”, definido pela Convenção das Nações Unidas - ONU sobre o Direito das Pessoas com Deficiência em 2006 e incorporada à legislação brasileira (Brasil, 2009). Contudo, ainda hoje alguns profissionais que lidam com pessoas com deficiência utilizam termos inadequados (Mota; Bousquat, 2021, enquanto tem havido o esvaziamento do significado da sigla PcD devido ao seu amplo uso, ainda que, segundo Sassaki (2011), deva-se evitar o emprego recorrente de siglas para se referir a pessoas. Como resultado do uso indiscriminado da sigla PcD, pessoas com deficiência encontram-se, novamente, rotuladas e estigmatizadas, conforme sustenta o jornalista com deficiência Venturra (2022, 2023).

### **O design e a inclusão de pessoas com deficiência**

A preocupação social marca a história do design em diferentes momentos, mas foi somente a partir da segunda metade do século XX que o design passou a focar mais fortemente a questão da inclusão social. Reconhecendo a diversidade e complexidade humana (Guimarães; Moura; Domiciano, 2022). Assim, emergiram diferentes abordagens de design que visam promover acessibilidade e inclusão social, mas Persson *et al.* (2015) apontam que a variedade de conceitos diferentes com finalidades próximas pode levar à confusão e colocar em risco o cumprimento de seus objetivos. Uma das primeiras abordagens de design a focar a temática da deficiência foi o design universal. Criada nos anos 1980 pelo arquiteto com deficiência Ronald Mace, essa abordagem visa criar produtos e ambientes de uso comum que sejam acessíveis para todas as pessoas, sem necessidade de adaptações ou de design especializado (Guimarães; Moura; Domiciano, 2022; Persson *et al.*, 2015).

Atualmente, alguns pesquisadores de design consideram utópico o design universal, pois entendem não ser possível a universalidade almejada por essa abordagem devido à diversidade humana (Guimarães; Moura; Domiciano, 2022). Em contraposição, destaca-se a abordagem do design inclusivo, que surgiu na Inglaterra nos anos 1990 e também visa a inclusão social, mas sem ignorar as singularidades de quem compõe o público de um projeto (Ibidem). Assim, o design inclusivo busca atender um grupo diversificado de pessoas, considerando a variabilidade de habilidades e contextos, o que pode envolver a criação de várias soluções ou opções para atender diferentes necessidades (Guimarães; Moura; Domiciano, 2022; Persson *et al.*, 2015).

Com o intuito de promover a intersecção entre as áreas de design e de estudos sobre deficiência, Sierra, Okimoto e Beccari (2019) associam abordagens de design aos modelos da deficiência. Na opinião dos autores supracitados, o modelo médico, chamado modelo individual, estaria associado a soluções de design individualizadas e voltadas especificamente para pessoas com deficiência, como a customização, as tecnologias assistivas e a abordagem do design inclusivo. Contudo, o design inclusivo não visa atender unicamente pessoas com deficiência e Sierra, Okimoto e Beccari (2019) não consideraram o modelo biopsicossocial da deficiência, ao qual acreditamos ser mais compatível a abordagem do design inclusivo, reconhecendo o quanto diferentes aspectos sociais, individuais e ambientais podem interferir na acessibilidade e

inclusão de pessoas com deficiência, não sendo as soluções únicas, padronizadas e não adaptáveis as melhores em todos os casos, visto que existe diversidade na própria deficiência. Por outro lado, a associação de tecnologias assistivas ao modelo médico corrobora a perspectiva do design universal sobre tais tecnologias, como afirmam Guimarães, Moura e Domiciano (2022), pois seriam voltadas exclusivamente para pessoas com deficiência tendo em vista, geralmente, adaptá-las às estruturas e padrões sociais.

Ao modelo social da deficiência, Sierra, Okimoto e Beccari (2019) associam soluções destinadas a todos, destacando a abordagem do design universal, e as possibilidades da cocriação. De fato, o modelo social parece convergir com a abordagem do design universal, pois ambos desconsideram a diversidade humana. Destaca-se, aqui, contudo, a importância da cocriação em projetos que visam promover acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência. Segundo Ignarra e Saga (2022), tais projetos devem contar com a participação ativa de pessoas com deficiência para atender às suas necessidades reais, substituindo a lógica de “fazer PARA” pela de “fazer COM” as pessoas com deficiência. A cocriação, portanto, pode ser uma estratégia de design alinhada ao lema da luta das pessoas com deficiência: “nada sobre nós, sem nós” (Arantes; Bussinguer; 2024),

### **Discussão sobre Moda inclusiva**

“Moda inclusiva” é um termo comumente utilizado quando se trata de projetos de moda visando a inclusão de pessoas com deficiência, sobretudo em decorrência do Concurso de Moda Inclusiva, promovido pela Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Governo de São Paulo desde 2009 (Auler, 2014; Martins; Teixeira; Filgueiras, 2019). A moda inclusiva, segundo Auler (2009), visa desenvolver produtos de moda que atendam às necessidades de todas as pessoas, com ou sem deficiência, aliando estética e funcionalidade para democratizar a moda, a qual pode promover autoestima e autocuidado. Essa definição de moda inclusiva permeia muitas pesquisas em design de moda que enfocam a deficiência, como sugere a revisão integrativa realizada por Perez e Martins (2024).

À despeito do nome, o conceito de moda inclusiva mescla aspectos tanto do design inclusivo quanto do design universal, dada a ênfase na missão de atender todas as pessoas, com ou sem deficiência. A revisão integrativa conduzida por Perez e Martins (2024) corrobora tal fato, indicando ser comum que artigos sobre o tema adotem ambas as abordagens e enfatizem a necessidade de que produtos de moda inclusiva não sejam direcionados unicamente para pessoas com deficiência. Contudo, em vez de alegar o quanto produtos nichados poderiam promover a segregação de pessoas com deficiência, alguns artigos argumentam que desenvolver produtos especificamente para pessoas com deficiência excluiria pessoas sem deficiência. A revisão integrativa sugere, ainda, haver uma confusão entre os conceitos de design inclusivo e design universal em algumas publicações sobre moda inclusiva, visto que alguns autores adotam visão parecida com a de Sierra, Okimoto e Beccari (2019) sobre design inclusivo, considerado mais excludente que o design universal por propor soluções

individualizadas. Portanto, na moda inclusiva não tem sido comum a perspectiva adotada por Guimarães, Moura e Domiciano (2022), que defendem a necessidade de considerar a diversidade humana em projetos que visam a inclusão de pessoas com deficiência, em consonância com o modelo biopsicossocial da deficiência.

A moda, de maneira geral, exclui corpos e identidades que divergem dos padrões socialmente estabelecidos (Godinho, 2017), por isso é importante promover uma moda que seja, de fato, mais inclusiva, considerando as necessidades de pessoas com deficiência e de outros indivíduos historicamente e estruturalmente marginalizados. Por mais que uma parcela da população possa considerar moda algo supérfluo, trata-se de um importante elemento de construção e comunicação de identidade pessoal, capaz de promover autoestima e autocuidado, elementos muito mencionados em publicações sobre moda inclusiva ao argumentar sobre a importância do uso da moda para a promoção de inclusão social de pessoas com deficiência (e.g., Auler, 2009; Ferreira; Mendes, 2015; Godinho, 2017; Cunha *et al.*, 2019; Oliveira; Okimoto, 2022). Contudo, pessoas com deficiência ainda enfrentam diversas barreiras para acessar produtos de moda (Ferreira; Mendes, 2015; Godinho, 2017) e o segmento de moda inclusiva, a despeito das críticas que lhe possam ser feitas, tem sido negligenciado pelo mercado de moda (Martins; Teixeira; Filgueiras, 2019). Faltam, portanto, soluções que promovam plena inclusão de pessoas com deficiência na moda, sendo que as poucas soluções existentes, por vezes, ainda necessitam de melhorias seja no processo de desenvolvimento, seja nos resultados obtidos, como argumentam Perez e Martins (2024), Oliveira e Okimoto (2020) e Cunha *et al.* (2019).

Uma das críticas que podem ser feitas às abordagens de moda inclusiva atualmente adotadas é a ênfase muitas vezes dada às necessidades práticas, à funcionalidade, em detrimento das necessidades estético-simbólicas, ainda que Auler (2009) defina moda inclusiva de forma a associar ambas as necessidades, na prática, contudo, elas nem sempre andam juntas. Martins, Teixeira e Filgueiras (2019), por exemplo, argumentam que muitas soluções de moda inclusiva priorizam a funcionalidade em vez da estética. Ao tratar de tecnologias assistivas, Cunha *et al.* (2019) também reforçam a percepção de que soluções voltadas para pessoas com deficiência enfocam, geralmente, a funcionalidade, sustentando que utilizar elementos estético-simbólicos relacionadas à moda tornariam as tecnologias assistivas mais inclusivas, permitindo que pessoas com deficiência expressem sua subjetividade e não se sintam estigmatizadas pelo uso dessas tecnologias. Outros autores, como Ferreira e Mendes (2015) e Godinho (2017) também apontam a necessidade de considerar as necessidades estético-simbólicas tão importantes quanto as necessidades práticas em projetos de moda inclusiva. Isso porque focar apenas na funcionalidade é ressaltar as “limitações” físicas de pessoas com deficiência, desconsiderando toda a sua subjetividade e a diversidade desse grupo, em uma abordagem que aproximaria a moda inclusiva mais do modelo médico do que do biopsicossocial.

Procurar fazer relações entre abordagens de moda inclusiva e os modelos da deficiência, contudo, é tarefa complexa, como demonstram Perez e Martins (2024). A revisão integrativa realizada pelas autoras supracitadas indica que as publicações brasileiras sobre moda inclusiva, em geral, não citam referências relacionadas diretamente aos estudos sobre deficiência e não dotam nitidamente um modelo específico da deficiência, apresentando termos, frases e abordagens por vezes contraditórias, que oscilam entre mais de um

modelo da deficiência. O uso de termos como “deficiente”, por exemplo, é recorrente, e as referências sobre deficiência, quando apresentadas, costumam se limitar a definições médicas ou dados demográficas. Como consequência tem-se a já mencionada ênfase em funcionalidade, assim como a tecnologias assistivas, ao mesmo tempo em que se sustenta o argumento de inclusão social de pessoas com deficiência por meio da moda.

Outro fator importante que distancia algumas abordagens de moda inclusiva das recomendações dos estudos sobre deficiência é a forma de delimitação e aproximação do público com deficiência. As revisões bibliográficas conduzidas por Perez e Marins (2024) e Oliveira e Okimoto (2020) indicam que soluções de moda inclusiva, em geral, definem o recorte de público considerando, principalmente, a deficiência, sem necessariamente diferenciar marcadores como idade e gênero, por exemplo. Desse modo, aparentemente a interseccionalidade de pessoas com deficiência não é devidamente considerada no âmbito da moda inclusiva, na qual parece ocorrer o fenômeno de apagamento de identidades múltiplas e subjetivas descrito por Arantes e Bussinguer (2024) e Ignarra e Saga, (2022), o que se manifesta também na priorização da funcionalidade em detrimento das necessidades estético-simbólicas. Nesse sentido, cabe destacar a importante contribuição de Cunha *et al.* (2019), que recomendam a realização de pesquisa do perfil do usuário com deficiência para verificar seus gostos, desejos e aspirações. A partir dessa pesquisa, e consonância com a abordagem de design inclusivo, Cunha *et al.* (2019) propõem que tecnologias assistivas possibilitem a personalização ou sejam ofertadas em uma diversidade de modelos para atender a diferentes perfis de pessoas com deficiência,

As pesquisas de Perez e Marins (2024) e Oliveira e Okimoto (2020) também indicam que, de maneira geral, projetos de moda inclusiva não promovem participação ativa de pessoas com deficiência em todas as etapas projetuais. Desde o início do projeto até o teste das soluções. Por outro lado, Martins, Teixeira e Filgueiras (2019) reforçam a necessidade de participação de pessoas com deficiência em projetos que envolvam moda inclusiva, em consonância com o lema “nada sobre nós, sem nós”. A não participação do público com deficiência é ainda mais grave considerando a baixa probabilidade de equipes de design ou de pesquisa contarem com pessoas com deficiência, visto os dados do IBGE (2023) que revelam baixa taxa de escolaridade entre pessoas com deficiência, das quais apenas 7% possuem ensino superior completo.

Pessoas sem deficiência podem ser importantes aliadas em ações que promovam a inclusão de pessoas com deficiência, como argumentam Ignarra e Saga (2022), mas para que desempenhem dois aspectos são essenciais: 1) informação e 2) convivência com pessoas com deficiência. Por isso, é importante que haja participação ativa de pessoas com deficiência em projetos de moda inclusiva, seja nas equipes de projeto e pesquisa, seja na cocriação de soluções. Mas também é fundamental que todas as pessoas envolvidas tenham acesso a informações atualizadas sobre as diversas questões que permeiam a deficiência. A aproximação entre a moda inclusiva e os estudos sobre deficiência pode suprir essa necessidade de informação e letramento sobre a

causa anticapacitista, prevenindo designers de moda e pesquisadores de adotarem termos e condutas que possam contradizer suas intenções de promover a plena inclusão de pessoas com deficiência.

### Considerações Finais

Este trabalho discutiu a importância de aproximar a moda inclusiva dos estudos sobre deficiência para não incorrer nos seguintes riscos: 1) adotar linguagem ou práticas capacitantes; 2) priorizar a funcionalidade em detrimento de questões estético-simbólicas; 3) desumanizar pessoas com deficiência ao não considerar sua diversidade e a intersecção entre deficiência e outros marcadores sociais; 4) não promover participação ativa de pessoas com deficiência no projeto de soluções de acessibilidade e inclusão, distanciando-se do lema “nada sobre nós, sem nós” Como as pesquisas e projetos sobre moda inclusiva geralmente não se baseiam nos estudos sobre deficiência, as práticas anteriormente descritas são recorrentes, o que reforça a necessidade de promover a aproximação entre ambas as áreas – moda inclusiva e estudos sobre deficiência.

A falta de consenso sobre definições da deficiência e diversidade de abordagens da deficiência e de design torna mais complexa a discussão sobre inclusão de pessoas com deficiência. Aprofundar-se nos estudos sobre deficiência e na pesquisa sobre design universal, design inclusivo e moda inclusiva pode ser confuso em um primeiro momento. Existem definições e percepções muitas vezes díspares, podendo haver divergência de argumentos e condutas recomendadas, como discutido neste artigo. Ter ciência dessa complexidade, no entanto, é fundamental, assim como a necessidade de especificar quais definições e abordagens, dentre tantas apresentadas, é privilegiada em um trabalho.

Ao propor a aproximação entre moda inclusiva e estudos sobre deficiência, este artigo entende que o modelo médico da deficiência não é o mais adequado para promover a inclusão social de pessoas com deficiência. Ademais, compromete-se com a luta anticapacitista e a defesa pelo uso de terminologia correta para se referir a pessoas com deficiência. Ainda que se reconheça as limitações do modelo social da deficiência, considera-se que se trata de um importante avanço, o qual segue em curso por meio de suas críticas e revisões, enfatizando a necessidade de considerar a interseccionalidade de pessoas com deficiência, atravessadas por diversos marcadores sociais. Por isso, a abordagem do design inclusivo é considerada a mais adequada para atender às diferentes necessidades de um grupo que não é homogêneo, podendo requerer soluções personalizadas. Entende-se, portanto, que não é problemático fomentar a personalização para pessoas com deficiência, mas seguir em defesa da produção em moda. De acordo com o modelo social, a deficiência não está nas pessoas, mas na estrutura social que não permite a sua inclusão. Cabe, então, reconhecer a incapacidade de um modelo de produção em massa, que oferta produtos de moda padronizados, em atender a todas as pessoas de maneira equânime.

Este trabalho não pretende esgotar os temas abordados, visto que não existem consensos sobre as definições e abordagens de deficiência ou de design voltado para pessoas com deficiência, mas dar início a uma discussão mais profunda no âmbito da moda inclusiva. Ao apresentar as premissas dos estudos sobre deficiência e fomentar a discussão sobre a moda inclusiva, espera-se que pesquisadores e profissionais de moda adotem abordagens mais assertivas e coerentes ao buscar promover a inclusão de pessoas com deficiência, tornando o segmento de moda mais acessível para todas elas.

## Referências

Arantes, M. L.; Bussinger, E. C. A. A interseccionalidade como meio para a compreensão do modelo social da deficiência. *Observatorio de la Economia Latinoamericana*, v.22, n.1, 2024. p. 2414-2433.

Auler, D. **A moda inclusiva**. dObra[s], v. 7, n. 16, 2014. p. 09-12

Bampi, L. N. S.; Guilhem, D.; Alves, E. D. Social Model: a New Approach of the Disability Theme. *Revista Latino-americana de Enfermagem*, v. 18, n. 4, 2010. p. 816–823

Bisol, C. A.; Pegorini, N. N.; Valentini, C. B. Pensar a deficiência a partir dos modelos médico, social e pós-social. *Cadernos de Pesquisa*, v. 24, n. 1, 2017. 87–100.

Brasil. **Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009**. Brasília: Casa Civil, 2009.

Brasil. **Censo Demográfico de 2010 e o mapeamento das pessoas com deficiência no Brasil** – relatório técnico e/ou científico. Brasília: Ministérios da Saúde, 2019.

Carniel, F.; Dias, A. A. M.; Lacruz, A. J. Estudos da deficiência na produção acadêmica: uma cartografia nas arenas do Norte-global. *Sociologias*, v. 25, 2023, p. 1-28.

Cunha, J. M. *et al.* Diretrizes para projetos de tecnologia assistiva com valores da moda: abordagem Behaviorista contra o estigma social. *DAPesquisa*, v. 14, n. 23, p. 88-105, 2019.

Ferreira, T. C. A.; Mendes, F. R. N. **Design inclusivo para a moda percepções sobre a roupa para mulheres com deficiência**. In: COLOQUIO DE MODA, 11., 2015, Curitiba. Disponível em: <https://www.coloquiomoda.com.br/anais/Coloquio%20de%20Moda%20-%202015/POSTER/PO-EIXO1-DESIGN/PO-1-DESIGN-INCLUSIVO-PARA-A-MODA.pdf>. Acesso em 20 jul. 2024.

Godinho, S. S. Além das aparências. *ModaPalavra*, v. 10, n.19, p. 82-97, 2017.

Guimarães, M. J. S.; Moura, M.; Domiciano, C. L. C. **Design gráfico inclusivo na contemporaneidade: materiais para a educação de crianças com deficiência visual**. São Paulo, Cultura Acadêmica, 2021.

Ignarra, C.; Saga, B. **Manual anticapacitista: o que você precisa saber para se tornar uma pessoa aliada contra o capacitismo**. São Paulo: Jandaíra, 2022.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE. **Pessoa com deficiência 2022**: PNAD contínua o – relatório técnico e/ou científico. Rio de Janeiro: IBGE, 2023

Martins, B. S. *et al.* A emancipação dos estudos da deficiência. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 98, p. 45-64, 2012.

Martins, F. C. C. L.; Teixeira, M. F. F. M.; Filgueiras, A. P. A. Práticas inclusivas: seminário moda inclusiva fortaleza – relato de experiência. **Revista de Ensino em Artes, Moda e Design**, v.3, n. 2, 2019, p.080 – 095.

Mota, P. H. S.; Bousquat, A. Deficiência: palavras, modelos e exclusão. **Saúde Debate**, v. 45, n. 130, p. 847-860, 2021.

Oliveira, R. D.; Okimoto, M. L. L. R. Tecnologias assistivas relacionadas à moda para pessoas com deficiência visual: uma revisão sistemática. **dObra[s]**, n. 35, p. 183-205, 2022.

Perez, I. U.; Martins, S. B. A abordagem da deficiência no design de moda: revisão integrativa em artigos de periódicos brasileiros. **dObra[s]**, 2024, no prelo.

Persson, H *et al.* Universal design, inclusive design, accessible design, design for all: different concepts—one goal? On the concept of accessibility—historical, methodological and philosophical aspects. **Univ Access Inf Soc**, v. 14, 2015, p. 505–526.

Sasaki, R. K. **Terminologia sobre deficiência na era da inclusão**. In: Câmara dos Deputados, 2011. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/gestao-na-camara-dos-deputados/responsabilidade-social-e-ambiental/accessibilidade/glossarios/terminologia-sobre-deficiencia-na-era-da-inclusao>. Acesso em: 28 mar. 2024.

Sierra, I. S.; Okimoto, M. L. L. R.; Beccari, M. N. *Disability studies* e design: a dialética dos modelos de deficiência e de design. **Estudos em Design**, v. 27, n. 1, 2019. p. 134 – 148.

Venturra, L. A. S. Abominável PCD. **Estadão**, 202. Vencer Limites. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/brasil/vencer-limites/abominavel-pcd/>. Acesso em 28 abr. 2024.

Venturra, L. A. S. “PCD” é a certeza absoluta de que jamais seremos pessoas. **Estadão**, 2023. Vencer Limites. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/brasil/vencer-limites/pcd-e-a-certeza-absoluta-de-que-jamais-seremos-pessoas/>. Acesso em 28 abr. 2024.

